

ESTADO DE MATO GROSSO

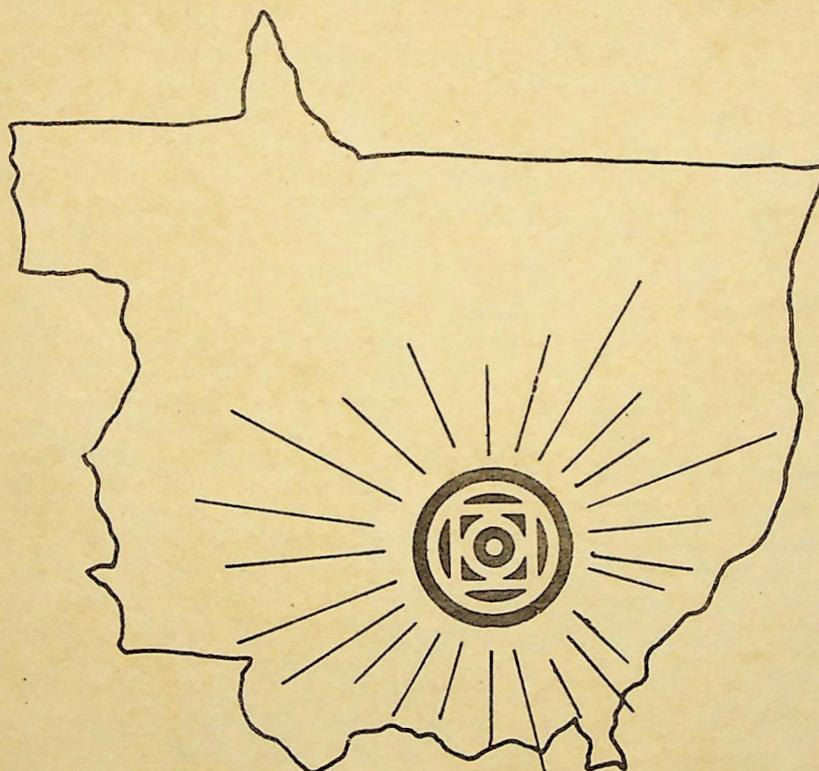
# DIÁRIO OFICIAL

GOVERNO CARLOS BEZERRA **SUPLEMENTO MENSAL**

OUTUBRO 87 Nº 11

IOMAT/UFMT

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR



## Sumário

- CASUALIDADE OU ELOS PSÍQUICOS, por Maria de Arruda Müller, página 2.
- O CUIABANO QUE FOI VICE-REI DO NORDESTE, por Marta de Arruda, página 3.
- O PRIMEIRO METEOROLOGISTA DE CUIABÁ, por Jorge Bomble, página 4.
- CENTRO DE MICROFILMAGEM EM PLENO FUNCIONAMENTO, página 5.
- O MAIOR ESTADISTA DA CAPITANIA DE MATO GROSSO, por Pedro Rocha Jucá, página 6.
- ULYSSES SERRA, por Antonio de Arruda, página 8.
- CONCLUÍDO O DIAGNÓSTICO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS DE CUIABÁ, por Otávio Canavarros, página 11.
- ROLIM DE MOURA E A POLÍTICA DE POVOAMENTO DE FRONTEIRA, por Ana Mesquita Martins de Paiva, página 15.
- UFMT MICROFILMA ACERVO DE DOCUMENTOS DA COPEVE, página 16.

# Casualidade ou Elos Psíquicos

MARIA DE ARRUDA MULLER

Andava a decifrar o emaranhado dos tópicos na nuscritos, na bela caligrafia dos copistas do século XVIII, vasados no estilo e na ortografia desse período, quando li no Suplemento Mensal do Diário Oficial do Estado, datado de 27 de Dezembro p.f. um valioso artigo do Dr. Carlos Francisco de Moura.

O artigo em questão, respiga termos não só dos cronistas como do próprio Governador de Mato Grosso, Dom Antonio Rolim de Moura Tavares, a propósito de citações ca moneanas extraídas dos Lusíadas.

O autor intitulou o seu artigo "Camões no Ex tremo Oeste", e cita o segundo cronista de Cuiabá, Joaquim da Costa Siqueira, descrevendo festas em Cuiabá em 1817 em comemoração à aclamação de D. João VI, tópicos de cartas oficiais do aludido Governador e a narração do cronista, sobre a viagem temerária de João de Souza Azevedo, com citações do Lusíadas.

O que me faz, entretendo, dar o título "Casualidade ou Elos Psíquicos" ao meu antequeto de hoje é que, preparava para dar publicidade à memória que o escrevente dos anais da vila de Vila Bela, em conformidade com o provimento do Correição, no ano de 1778 - Livro I - Fls. 106 e 107 fez, sobre a viagem de João de Souza Azevedo, a Mato Grosso, no ano de 1749, quando deparei o mesmo assunto no artigo em pauta.

Não me furto ao prazer de transcrever duas crônicas, retiradas de "Cópia dos Annos ou Memória do Descobrimento destas Minas de Mato Grosso e da fundação desta Villa, Villa Bella da Santíssima Trindade".

Transcrevo "ipsis littere" apenas separando pa lavras, que se tenham por vezes, de difíceis interpretações, nesse cipoal da escrita oitocentista. Esta fantástica aventura no século XVIII, por rios "nunca dantes na vegados" é assim descrita:

1749 - Neste ano em dez de Julho chegou a estas Minas, Joam de Souza Azevedo, vindo do Pará por este Ryo acima, com a primeira carregaçam de negócio que nestas Minas entrou vinda do Pará, e entrando pelo Ryo Sararé até o porto chamado dos pescadores ou Porto Geral, naquele tempo.

Dahi botou em cavallo para a Chapada, parte das cargas e parte dellas, conduzio pelo Sararé acima das canoas, até o Porto da Mambeca in quam o Porto da Mambeca que ficava muito no interior destas Minas e donde o dito Ryo Sararé é pouco mais que Rybeiram.

Em outra crônica, o copista faz uma pequena bio grafia, do ousado sertanista:

O ditto Joam de Souza Azevedo, casado e mora dor no Porto de Araraítaguaba de Ytú, tinha del la vindo com carregaçam ao Cuyabá e dalli passou com ella ao porto do Jaurú, aonde a ven deo, e depois de outros intervallos que nam sam para esta história, subio pello Paraguay

asim e dahl pello Ryo Sepctuba, varando a ca noa nos doys abysmos, Saltos que tem. Deo com sigo no Ryo chamado Sumiduro, e delle pasou ao Ryo dos Arinos, em tempo que ainda lá estavam alguns enganados daquelle descuberto, no anno de mil sete centos quarenta e seis e rodando por elle abaixo, sahio no Rio das Amasonas e dahl até a Cidade do Gran Pará, onde fazendo em prego do acervo que levava na carregaçam que asima vimos, despaxado pelo Governo, para su bir pello Ryo dos Arinos, entendendo achar o seu descuberto muito augmentado, e topando, no Ryo das Amasonas a Joseph Leme do Prado, que destas Minas hia como já dissemos. Este lhe deo a notisia, do total dezeryam dos Arinos, e in formou da navegaçam para estas Minas, com o que elle sahio a navegar para elas.

... Fabe Deus borras, deparamos como mesmo tõ pico eu e o Dr. Francisco de Moura; porque trouxemos pa ra as folhas o relato dessa façanha homérica; porque o heroismo anônimo de milhares de aventureiros dessa época longínqua, surge repentinamente ante os nossos olhos deslumbrados...

Em outro espaço, focalizarei outros relatos, outras memórias interessantes da época das descobertas, que sirvam pelo menos, para dar-nos, aos descendentes desses indomáveis aventureiros; a certeza de que a fibra que herdamos não nos deixará sossobrar, nesse pélago de incertezas dos dias correntes...

20 de Abril de 1987.

Nota: "Do Pará por este Ryo acima" refere-se ao Rio Guaporé"

"Inquam" termo que presumo ser esse mesmo.

## SUPLEMENTO MENSAL

### EXPEDIENTE

GOVERNO  
Carlos Bezerra

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO  
Natalino Antunes de Souza

DIRETOR GERAL DA IOMAT  
Mário Marques de Almeida

DIACRAMADORES  
Celso Molina  
Valdecir Bacani

IOMAT - Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso - Rua 13 de Junho nº 431 Fone: 321-4613

Este Suplemento Mensal é produzido pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, em convênio com a Imprensa Oficial do Estado.

Endereço para Correspondências e Contatos:

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, NDIHR. Universidade Federal de Mato Grosso. Bloco do Centro de Ciências Agrárias. Sala 56. Fone: 261-2211 (Ramal 170).

# O CUIABANO QUE FOI VICE-REI DO NORDESTE

MARTHA ARRUDA



Aos 8 anos de idade, Joaquim Justino Alves Bastos deixava Cuiabá, acompanhando seus pais que se transferiram para o Rio de Janeiro. Filho de militar, muito cedo ingressou no Colégio Militar. Numa carreira brilhante, quando completou 21 anos era promovido ao oficialato. Sua escalada aos novos postos foi cheia de menções honrosas, até chegar ao posto de marechal. Na Revolução de 64, exercia o cargo de Comandante do 4º Exército, ocasião em que teve atuação destacada nos destinos da nação. Em seu apuramento do Leme, o bravo cuiabano que nasceu nas proximidades da Fábrica de Pólvora - Coxipó - manteve longa conversa com a jornalista do MDIHR/UFMT, e alguns trechos deste bate-papo serão transcritos nesta reportagem.

**INFÂNCIA** - As lembranças dos primeiros tempos de vida, por mais que vivamos, sempre permanecem vivas. Nascido em Cuiabá, ainda no regaço materno, vi-me conduzido mais para o interior, já na predestinação de uma existência que seria marcada pelo magnetismo das influências telúricas. Meu pai, então no posto de major, fora designado para dirigir a Fábrica de Pólvora, do Coxipó. Esta situava-se à margem direita do Coxipó do Ouro, numa clareira de tanta beleza natural e encanto que, cada vez que retorno a Cuiabá, delicia-me reviver aquele lugar da minha infância. (Chora) Do Coxipó, chegou o dia de regressar a Cuiabá e, acompanhando meus pais, seguimos uma extensa viagem que nos conduziu ao Rio de Janeiro. Voltei então as costas à comarca pequenina do meu berço, partindo para um mundo novo. Naquele tempo, viajava-se pela extensa rota fluvial dos rios Cuiabá-São Lourenço - Para

guai e Prata - rumo a Buenos Aires, até chegar à majestosa Guanabara.

**NO RIO DE JANEIRO** - Meu Deus! As primeiras impressões que tive do Rio de Janeiro... Um pequeno matuto que vinha de Cuiabá não poderia deixar de ter uma sensação extremamente tocante. O Rio já era uma cidade bonita naquele tempo. Portanto, surpreendia-me com tudo: o movimento intenso, a beleza da cidade, a imensidão do mar. Alí vim a conhecer três novos parentes. Tio Leopoldino, alto funcionário da Prefeitura, irmão do meu pai, que viera de São Luís de Cáceres para estudar no Rio de Janeiro. Conheci o tio Justino Alves Bastos, segundo tenente do Exército, bacharel em Matemática e Ciências Físicas. E finalmente meu tio Firmo, homem de raro talento, no qual me espelhava.

**ATAVISMO** - Meu pai desejava ver-me numa carreira civil. Seria engenheiro pelo pendor e afinco demonstrado nos estudos de Matemática. Poderia ser médico como meu irmão Virgílio. Entretanto, no momento aprazado, ignorei a vontade de meu pai, e corri à Escola Militar de Realengo, onde me inscrevi como aluno. Fardei-me e comecei a falar como soldado. Rebelião? Não. Apenas obediência à força irresistível, o impulso atávico. Segui a mesma carreira do meu avô Benedito Ribeiro Dutra e do meu pai. Era o meu destino.

**REBELDIA PROFISSIONAL** - Eu era tenente da Artilharia. Houve uma revolta dos militares contra alguns posicionamentos da Escola Militar. Recebi ordens para disparar meus canhões sobre os cadetes que se aproximassem das posições defensivas da Vila Militar. Neguei a fazê-lo. Jamais atiraria contra meus companheiros de véspera. Isto causou, naturalmente, rigorosa reação dos meus superiores e longo período de prisão. Mas, na tristeza do cárcere, encontrava consolação pela atitude tomada.

**COLUNA PRESTES** - Todos os militares da minha época, de uma forma ou de outra, participaram do grande episódio histórico que ficou conhecido como "Coluna Prestes". Tomei posição contrária a isso. Achava esse movimento indefinido quanto aos seus verdadeiros objetivos e, por certo, estava fadado ao fracasso. A indefinição de seus verdadeiros objetivos, digo, o grande raio da Coluna Prestes foi considerado heróico e grandioso por muitos, mas inexpressivo e ridículo por outros tantos. O movimento pretendia manter aceso o ideal revolucionário que ardia no coração de um grupo de brasileiros, inegavelmente voltados de corpo e alma a uma luta pelas miragens abstratas mal definidas e de espírito pouco amadurecido. Queriam com sua presença levar ao povo brasileiro do interior uma idéia de viver em liberdade, de democracia que devia existir em todo País. Queriam fazer uma pregação de civismo e falar ao vaqueiro, ao canoeiro, ao homem sin-

ples e contemplativo na linguagem de conquistas sociais confusas e precárias para aquela época. Queriam conquistar como e quanto pudessem, sem a mais tênue possibilidade de vitória.

GUERRA DO CHACO - Neste episódio inesquecível, fui mandado para lá com outros oficiais brasileiros para tentar harmonizar os duros lutadores. Participei desta luta diplomaticamente. Assessoriei o embaixador José Rodrigues Alves.

NA AMAZÔNIA - Meu comando na Amazônia foi do melhor resultado possível. Certa feita, viajávamos nas selvas do Amazonas à procura de um oficial que havia desaparecido e do qual nunca mais tivemos notícia. Íamos numa pequena lancha, de onde tínhamos certeza que os índios nos acompanhavam por trás das matas. Tinha impressão de que eles sabiam que ali estava o "tuchuaua" da região. E como "tuchuaua" tive ímpeto de descer da lancha e botar todos aqueles índios em forma e obrigá-los a cantar o Hino Nacional.

1964 - Para comandar o IV Exército, cheguei a Recife no dia 4 de setembro de 1962. Como sempre acontecia, era grande a afluência de civis e militares na cerimônia de posse do novo general. Além dos oficiais superiores, lá estavam as autoridades federais, estaduais e municipais. Após ter assumido, passei a retribuir as visitas. No Palácio do Governo, notei que o governador Miguel Arraes, ostensivamente, negava a devida importância às tropas em formatura, muitas vezes olhando em direções diferentes. Mais tarde, no dia 25 de agosto, Dia do Soldado, convidei o governador a participar das homenagens a Caxias, Patrono do Exército. No entanto, ele me respondeu: "Não costumo homenagear os vivos, quanto mais os mortos!" Isso confirmou nos meus sentimentos e intuição de que tinha diante de mim um homem com inclinação comunista. Em 1964, o IV Exército movimentou-se como uma máquina. Prendemos os inimigos do regime democrático, a começar por aquele governador. Foi aí que começaram a me chamar de "Vice-Rei do Nordeste".

## O Primeiro Meteorologista de Cuiabá

JORGE BOMBLED

Por ocasião de uma honorificência recebida ultimamente fui objeto de uma informação indevida pela imprensa de Cuiabá. É dever meu, pois, retificar colocando a minha pessoa no justo contexto da história. Foi divulgado ter sido a primeira pessoa envolvida no trabalho meteorológico nesta Capital. A verdade é outra. O salesiano coadjutor - assim também eu sou, o Mestre Professor Sylvio Milanese foi o co-fundador do primeiro observatório meteorológico em Cuiabá, intitulado "DOM BOSCO", que começou a funcionar oficialmente no dia 1º de dezembro de 1900, embora tenha sido inaugurado com grande solenidade no dia 17 de novembro do mesmo ano. Portanto, é o mestre Sylvio Milanese que merece a honra de ser o primeiro meteorologista em Cuiabá. Ele exerceu este ofício desde a fundação do supramencionado observatório até o dia de seu falecimento. Isto é, 18 de dezembro de 1932. É pois, dele que hoje apresento uma biografia ligada à Meteorologia de Mato Grosso.

Sem dúvida, e de um certo modo, eu vim continuar a atividade que o Mestre Milanese tinha desenvolvido. Cheguei ao Brasil a 21 de novembro de 1933 e comecei a trabalhar no Observatório Dom Bosco, em Cuiabá, a 20 de janeiro de 1934. O Professor Sylvio Milanese, de origem italiana, entrou furtivamente no Oratório São Francisco de Sales em Turim misturando-se com a criançada que Dom Bosco, com os seus salesianos, educava para serem "bons cristãos e honestos cidadãos". Desta forma, ele esteve em contato com o santo e com este permaneceu. Mais tarde, já pertencendo à nova Congregação como iniciante na carreira eclesiástica, pela segunda vez usou de um furtivo para juntar-se a um grupo de missionários salesianos que se destinavam à Argentina. O fato é que sendo descoberto, quando o navio vagava em alto mar, o chefe da expedição, o

bispo salesiano Dom Cagliero, conservou-o no grupo e o encaminhou a seu novo destino.

Na Argentina, por motivos superiores deixou os estudos eclesiásticos, permanecendo, todavia, como irmão coadjutor. Tornou-se cientista zeloso e acompanhou o geógrafo, sacerdote De Agostini, em suas excursões de explorador nos imensos Pampas da Argentina. Inteligente, como era, pôs-se a estudar meteorologia, enquanto se enfrontava no complicado processo de registrar observações. Justamente nessa ocasião, ele foi designado e enviado para Mato Grosso no fim do século XIX. Auxiliar da primeira hora (18/06/1895), ardoroso batalhador, constantemente atento à regularidade das anotações, da registoção sempre em dia, da organização dos resumos mensais e anuais (desde o 1º/12/1900) não somente dedicado ao serviço local, mas promotor e propagador por todo o Estado de postos semelhantes a fornecerem dados preciosos de que a meteorologia brasileira necessitava, pode ser considerado como o maior entre todos os encarregados do OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO DOM BOSCO. Foi ele quem o alicerçou e o consolidou, a tal ponto que, até em nossos dias, percebe-se a firmeza de estrutura nos resumos que satisfazem amplamente os entendidos na matéria.

Apreciadíssimo, foi encarregado pela Diretoria de Meteorologia, na qualidade de inspetor, de estabelecer vários postos meteorológicos nos lugares mais afastados do Estado de Mato Grosso naquela época, tais como: Alto Araguaia, Coxim, Sangradouro, Utiariti, Vila Bela (antiga Mato Grosso), etc. A correspondência epistolar que ele deixou arquivada no extinto Observatório Meteorológico Dom Bosco dá prova de sua sagacidade e de seu dinamismo. Deixou impresso e publicado um trabalho intitulado "EPHEMÉRIDES CUIABANAS", com anotações interessantes sobre o Cli

ma de Cuiabá, resultado de constatações pessoais feitas durante várias décadas sobre o comportamento da atmosfera nesta região particular do centro da América do Sul.

Há, porém, neste opúsculo, algumas asserções muito discutidas. Assim as consideramos. Mas, no dizer de vários pilotos antigos, não eram fáceis as viagens aéreas, porque a atmosfera confinada sobre a área cuiabana sempre apresentou muitas dificuldades de acerto, havendo sempre mudanças bruscas e imprevisíveis. Nestas situações, tais pilotos eram forçosamente obrigados a modificar o seu comportamento apelando para uma aterrissagem mais segura e mais suave nos pequenos aeroportos da Cuiabá de então, ou no próprio rio Cuiabá, tratando-se do pequeno hidro-avião da Companhia CONDOR (hoje Cruzeiro do Sul). Mesmo no momento da decolagem das naves aéreas, as inconstâncias atmosféricas dificultavam a operação.

Apesar de ter sido inaugurado em junho de 1923-entretentes o Meteorologista Milanese se achava inspecionando o Posto de Vila Bela- o serviço e as informações aerológicas fornecidos pelos encarregados (Pe. Ricardo Remetter e Sílvio Fontana) nem sempre satisfiziam plenamente a ânsia dos aviadores devido a perturbações repentinas de fases críticas levantadas em certas épocas do ano. Entretanto, após a primeira década de observações aerológicas, os problemas de vôos seguros se tornaram sempre mais eficientes.

Estes resultados últimos, devemo-los, todavia, à perícia cuidadosa dos primeiros operadores no serviço, entre os quais figura brilhantemente e saudoso Professor

Sylvio Milanese, o qual, já moribundo, recomendava calorosamente aos supérstites, na pessoa do Pe. Remetter, que se achava à cabeceira do seu leito de dôr: "Não deixem nunca de registrar minuciosamente, nos resumos organizados até o momento, todas as observações diárias, decadais, mensais, anuais e periódicas, pois haverão de constatar quanto úteis, profícuas e valiosas serão estas informações para quem as solicitar".

O Professor Milanese, este nosso irmão caríssimo, possuía, além desta qualidade de meteorologista competente; outros carismas artísticos e profissionais. Músico, ele era modesto compositor; desenhista, era bom arquiteto e zeloso mestre de obra; professor, era dedicado formador no atendimento aos seus discípulos; assim podem ou poderam atestar muitos cuiabanos que passaram a sua juventude sob a tutela deste benemérito mestre.

Um deles, o saudoso Dom Aquino, em ocasião de seus 50 anos de vida religiosa, lhe enaltecia os dotes com estes versos:

"...Também aqui ensinou com competência a utilíssima arte do desenho, e desde então travava uma outra ciência, a Meteorologia; ali é que eu venho!

O mestre Sylvio na Meteorologia!  
Mas esta é o centro seu, esta é o seu forte:

Por ele já viajou de sul a norte,  
por ela gastou toda a sua energia.

## Centro de Microfilmagem em Pleno Funcionamento

O Setor de Microfilmagem do NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso, que vinha sendo instalado há quase seis anos, entrou em pleno funcionamento. Isso se deve não só ao empenho das gestões administrativas anteriores, mas fundamentalmente ao empenho da administração atual, que, em colaboração e com pleno apoio da administração superior da UFMT, conseguiu dar todas as condições de funcionamento ao mencionado setor. Hoje ele conta com um farto equipamento, assistido tecnicamente por empresa especializada, e ainda com o suporte de aquisição de microfílmes suficientes para levar à frente os trabalhos já comprometidos. Afóra o apoio institucional, os técnicos ligados ao setor (preparo e microfilmagem) receberam, recentemente, treinamento nas melhores entidades do país que executam trabalhos nestas duas áreas. Pode-se dizer, agora, que o Setor de Microfilmagem do NDIHR, da UFMT, já é uma realidade.

Estão comprometidos, até dezembro de 1987, para serem preparados e microfilmados, os acervos relativos ao Arquivo da Delegacia do Ministério da Fazenda em Mato

Grosso, guias de importação, exportação e reexportação), a parte correspondente ao acervo de periódicos mato-grossenses, projeto este ligado ao Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros (Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro) e ainda o acervo da Comissão Permanente de Vestibular - COPEVE, da UFMT, e parte do acervo relativo à estação Agrometeorológica Padre Ricardo Remetter.

O acervo documental relativo ao Arquivo da Delegacia do Ministério da Fazenda é composto de relevante série documental concernente ao movimento de importação e exportação de mercadorias. Porto Murтинho, Porto Esperança, Bela Vista, Ponta Porã, Corumbá e Cuiabá constituiram os principais pontos portuários de chegada e saída de mercadorias de Mato Grosso no Século XIX. Pela análise documental poderá obter-se um farto quadro das mercadorias importadas da Europa e América do Norte e entradas em Mato Grosso através de Assunção, Buenos Aires, Montevideu, Bolívia, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Destêrro, Pelotas, Santos, Paranaguá, etc.

Conclui na página 16

## O Maior Estadista da Capitania de Mato Grosso

PEDRO ROCHA JUCA

De 13 de dezembro de 1772 a 20 de Novembro de 1789, governou a Capitania de Mato Grosso aquele que foi o seu maior estadista naquele período, o capitão-general Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. O quarto capitão-general da Capitania de Mato Grosso foi ainda quem mais tempo governou, permanecendo no cargo durante 16 anos, 11 meses e 7 dias. Em toda a sua história, ninguém governou Mato Grosso por mais tempo. Escolhido pelo Marquês de Pombal, o jovem coronel Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres veio para Mato Grosso num dos períodos mais difíceis das relações, sempre tortuosas, entre os reinos de Portugal e Espanha. Mato Grosso, era então, a parte mais exposta militarmente na fronteira Ocidental do Brasil Colônia e o governo de Lisboa sabia disto. Todos os historiadores matogrossenses reconhecem a importância deste capitão-general.

O grande historiador Estevão de Mendonça dedicou ao quarto capitão-general o maior apreço, dando-lhe o merecido destaque nas páginas da História de Mato Grosso. Em 1906, no seu "Quadro Corográfico de Mato Grosso", Estevão de Mendonça assim afirma:

"Correspondeu Luís de Albuquerque ao conceito que as suas altas qualidades morais e intelectuais inspiravam; não somente mostrou-se atilado, cheio de fidelidade inexcusável no tocante aos deveres de administrador, como ainda revelou-se hábil político, cheio de bom senso e possuidor do raro critério de medir importância ou a insignificância dos acontecimentos que se desdobravam no tempo de seu governo, deles tirando para a nação o maior proveito compatível com as circunstâncias do momento.

Trabalhador infatigável, auxiliado por uma organização física que lhe permitia esforços constantes, da sua atividade falam os grandes melhoramentos que iniciou, as medidas que empregou a favor do comércio, o auxílio que dispensou à lavoura e à mineração, sem que por isso se descuidasse da manutenção da ordem e de zelar pela defesa da Capitania.

A sua ação de governante percorreu todos os ramos da administração, desde o despacho de natureza local ao complicado problema da fixação de limites, cujas bases soube tão habilmente preparar que nelas se apoiaram as negociações entabuladas quase cem anos depois. Nesse particular deixou em evidência traços luminosos de uma celebração potente, sulcos profundos de uma individualidade privilegiada; nesse particular ninguém fez mais, nem tanto, como ele; e aí reside o seu maior padrão de glórias, e daí lhe vem essa auréola que cresce de geração em geração".

Depois do capitão-general Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, quem mais tempo governou Mato Grosso, somando-se os períodos como presidente e vice-presidente em exercício, foi o Barão de Melgaço, outro grande nome da História mato-grossense. Nos seus "Apostamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso", publicados no Volume 205, outubro-dezembro de 1949, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Barão de Melgaço cita os principais preceitos da carta instrutiva entregue ao quarto capitão-general de Mato Grosso:

"Ter toda a cautela e prevenção a respeito dos espanhóis; organizar os índios Boróros em um corpo de milícia, à maneira dos Sipais da Índia; animar o comércio clandestino com os domínios espanhóis; promover relações de amizade com os índios aldeados nos mesmos domínios; promover o aumento da população e por consequência da defesa da capitania; enviar ao governo minuciosas informações estatísticas a tal respeito; introduzir no ânimo dos povos e economia, a frugalidade e o desterro dos perniciosos vícios de vãs superfluidades e dispendiosas ostentações; sustentar e defender os povos de toda a opressão que lhes quiserem fazer os ministros da justiça, ou eclesiásticos ou quaisquer outras pessoas constituídas em dignidade ou sem ela; promover o mais possível a comunicação entre as capitanias de Mato Grosso e Pará; conservar a ocupação de toda a margem Oriental do Guaporé, defendendo-a até a última extremidade; dar completa liberdade aos índios; observar as apertadíssimas ordens existentes a respeito dos diamantes; concluir a edificação da fortaleza que se mandou levantar no distrito da aldeia de Santa Rosa; promover a agricultura, pagando por justo preço os índios os frutos que colhem."

Foi o capitão-general Luís Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres quem primeiro observou as vantagens de uma via de comunicação por terra, pelo atual Estado de Goiás, atingindo-se simultaneamente São Paulo e Minas Gerais. Ele destacou, também a necessidade de se fixar privilégios e isenções para todos aqueles que buscassem aquele percurso, deixando de lado o então tradicional transporte fluvial. Além dos incentivos propriamente ditos, ele sugeriu, ainda, outras formas de estímulos e facilidades. Já em 1773, o quarto capitão-general de Mato Grosso procedia o reconhecimento do Rio Guaporé. A vez do Rio Paraguai foi em 1775, oportunidade em que fundou, no dia 13 de Setembro daquele ano, o famoso Forte de Coimbra, entre dois morros, e por isto a região ficou conhecida por Fecho dos Morros. No ano seguinte, em 1776, fundava o Forte do Príncipe da Beira, a 20 de Junho, a mais ocidental das fortalezas instaladas no Brasil pelos portugueses durante o período colonial. Dois importantes acontecimentos marcaram o ano de 1778. O quarto capitão-general de Mato Grosso fundou no dia 21 de Setembro a povoação de Albuquerque, que mais tarde seria Corumbá, e no dia 6 de outubro a Vila Maria do Paraguai, a futura Cáceres. No dia 21 de Janeiro de 1781 fundou o povoado de São Pedro de El-Rei, hoje Poconé. Sobre a povoação de Albuquerque é conveniente que se destaque o fato dela se encontrar no lado direito do Rio Paraguai, em terra firme, no lugar escolhido pelo capitão-mór João Leme do Prado. Por isto, Corumbá e Ladário, hoje prósperas cidades de Mato Grosso do Sul, encontram-se "do outro lado do rio", fugindo aos tradicionais critérios de fronteira estabelecidos no período colonial.

Em "Quadro Corográfico de Mato Grosso", importante mas pouco citada obra do grande historiador Estevão de Mendonça, há um destaque especial para o quarto capitão-general de Mato Grosso:

"Compelido a manter a sede do governo em Vi

la Bela, de modo a aplicar mais de perto todo o cuidado à região do Guaporé, cuja fiscalização prendia-se a vastos e complexos interesses nacionais, a sua ação por isso mesmo não podia ser direta em outras zonas e este foi por muito tempo uma das preocupações constantes de seu espírito. Lendo com olhos previdentes no futuro, não se deixando iludir quanto às intenções do povo vizinho, bem compreendeu Luiz de Albuquerque que se ao governo da Capitania cumpria manter as posições conquistadas, também era um dever procurar alargar o quanto possível as raias do território nacional, quando se fundava isto em título justo. Assim pensando, e, mais ainda, conhecendo que o abandono em que se achava o baixo Paraguai era favorável à cobiça dos confinantes do Sul, concebeu a idéia da ocupação do Fecho dos Morros, medida aliás que não tinha passado despercebida a Rolim de Moura e que viria pôr cobro às pretensões espanholas."

O quarto capitão-general da Capitania de Mato Grosso era surpreendente. Em 1778, rompeu o Tratado de Santo Ildefonso, por considerar este tratado de limites lesivos aos interesses de Portugal, fundando Albuquerque, hoje Corumbá, na margem direita do Rio Paraguai. Em 1780, pensando da mesma maneira, fundou Viseu, na margem esquerda do Rio Guaporé, nas vizinhanças do Rio Corumbá, que pelo Tratado de Santo Ildefonso pertencia à Bolívia. As incursões do capitão-general Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres alarmaram o governo de Madri.

Para Rubens de Mendonça, no seu livro "História de Mato Grosso", o quarto capitão-general foi "sem dúvida, o maior administrador de Mato Grosso nos tempos coloniais". Por sua vez, para Luis-Philippe Pereira Leite, em seu livro "Vilas e Fronteiras Coloniais", a administração do capitão-general Luís de Albuquerque de Mello e Cáceres foi "brilhante e monumental", sendo ainda um "hábil demarcador" de fronteiras. Semelhantes elogios são feitos por Lenine de Campos Póvoas, que a ele dedicou, na sua "História de Mato Grosso", as seguintes palavras: "Nos 16 anos, 11 meses e 7 dias que esteve à testa da Capitania deu demonstrações de ser um grande estadista". Vale recordar que o quarto capitão-general de Mato Grosso incentivou a atividade cultural na Capitania de Mato Grosso, principalmente com a encenação de peças teatrais.

Quem mais se dedicou a pesquisar o governo do capitão-general Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres foi, sem dúvida, o grande historiador Estevão de Mendonça, que, depois de mencionar ação administrativa do quarto capitão-general de Mato Grosso no Vale do Guaporé, "consolidando o domínio português com a fundação de Casalvasco, Salinas e Corixa Grande, dentro da cláusula contratual que reservara aos portugueses a navegação do Jauru e o caminho do Cuiabá a Mato Grosso", acrescenta as seguintes palavras na primeira edição das suas "Datas Mato-grossenses":

"Do conjunto dos seus esforços, nos dois extremos da Capitania, resultou a extensa linha que balisa este Estado a Sul e Oeste, do Rio Apa à ilha da Confluencia, no encontro dos rios Mamoré e Beni, e que o Brasil deve principalmente à dedicação daquele consumado estadista. Governou

Luís de Albuquerque até 20 de novembro de 1789, e teve por substituto o seu irmão João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres".

Mato Grosso teve nove capitães-generais: Antonio Rolim de Moura Tavares, João Pedro da Câmara, Luís Pinto de Sousa Coutinho, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Manoel Carlos de Abreu Menezes, João Carlos Augusto D' Oeynhausen de Gravenberg e Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Todos pertenciam à elite da Corôa Portuguesa, que estava empenhada numa demorada luta de fronteiras com a Corôa Espanhola. As duas grandes potências marítimas da época disputavam palmo a palmo as suas conquistas territoriais na América do Sul, palco do maior confronto de interesses entre as duas coroas europeias. Os tratados se sucederam por mais de três séculos. O Tratado de Tordesilhas, o primeiro deles, foi assinado a 7 de junho de 1494; o Tratado de Utrecht, no dia 11 de abril de 1713; o Tratado de Madrid, no dia 13 de janeiro de 1750; o Tratado de El Pardo, no dia 12 de fevereiro de 1761; o Tratado de Santo Ildefonso, no dia primeiro de outubro de 1777; e, finalmente, o Tratado de Badajós, no dia 6 de junho de 1801.

De todos os nove capitães-generais de Mato Grosso, o maior destaque pertence, sem sombra de dúvida, ao quarto deles, o capitão-general Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Para Cuiabá, em particular, o melhor deles foi o capitão-general João Carlos Augusto D' Oeynhausen de Gravenberg, que precipitou os acontecimentos históricos que concluíram na mudança de Capital durante o governo do capitão-general Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, o último dos capitães-generais da Capitania de Mato Grosso. Contudo, o maior estadista de todos eles foi o capitão-general Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, o governante que praticamente definiu os limites territoriais dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Não há, no período colonial, nenhum outro capitão-general que se compare a ele.

O historiador J.C. Freitas Barros conta que o jovem capitão Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres estava participando das obras de reconstrução da velha Fortaleza de Almeida quando foi convocado por dom José I para ser o governador e o capitão-general da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá. A sua primeira reação foi a de não aceitar a designação real, pois a missão em Almeida lhe era empolgante. Contudo, o seu pai, o comendador Francisco de Albuquerque de Castro, fidalgo da Casa Real, Senhor dos Morgados de Casal Vasco, dos Mello de Souza da Insula e de Espichel, coronel de Infantaria e mestre de Campo, reage com vigor, chegando mesmo a brandir o seu bastão contra o filho, que insistia na recusa. Dezoito anos depois ele voltaria ao velho pai como o maior estadista da Capitania de Mato Grosso e nomeado, pelos seus grandes méritos, para o poderoso Conselho Ultramarino.

## ULYSSES SERRA

ANTONIO DE ARRUDA

Um dos poucos remorsos que guardo de minhas omisões é o de não haver publicado nada a respeito de Ulysses Serra, enquanto viveu. Intenção nunca faltou, mas de adiamento em adiamento, não pude cumprir esse dever de justiça e amizade, até que fui surpreendido com sua morte inesperada, em 30 de junho de 1972. É claro que, em diversas oportunidades, tive o prazer de manifestar-lhe particularmente o apreço que lhe dedicava como amigo e a admiração pelo intelectual e homem público sem jaca, que foi. Ficou, porém, uma dívida que só agora me é dado re-mir, qual a de dar amplitude a esse alto conceito em que sempre tive o saudoso amigo. Cumprimento parcial, é certo, porque tardio, mas que terá pelo menos o mérito de reavivar a memória do ilustre conterrâneo para os que o conheceram e de mostrar algo do que ele fez aos que não tiveram essa aventura.

Conheci Ulysses Serra em 1944, quando fui transferido para a Comarca de Campo Grande. Já o conhecia de nome, pela sua atuação anterior na política de Mato Grosso e por ser parente do meu sogro, Prof<sup>o</sup> Isac Póvoas, e de Lélia, minha mulher. Esta, por sua vez, era amiga de infância de Dona Constança, ou Constançinha, como era conhecida, esposa de Ulysses.

Assim, ao chegar a Campo Grande encetei com Ulysses a camaradagem e a amizade que prosseguiram nos anos seguintes. Ele exercia ali com zelo e competência o cargo de tabelião e de escrivão de inventários e menores. Seu cartório, tal como acontece até hoje com o de Luis-Philippe em Cuiabá, era ponto obrigatório de reunião de juizes, advogados, intelectuais, enfim das elites locais. Bem instalado, atendia os amigos com a gentileza de um gentleman, e, sem deixar de supervisionar os trabalhos confiados à sua excelente equipe de auxiliares, participava das palestras, com observações oportunas ou relatando os casos bem humorados.

As partes eram recebidas por Ulysses não só com a urbanidade prescrita nos estatutos funcionais, mas também com lisura e até com humanidade. Orientava-as, mostrando-lhes os caminhos menos onerosos de resolverem seus problemas e, em último caso, aconselhando-as a procurar um advogado. Até com os importunos não perdia a paciência, como pude observar. Certa vez, entrou no cartório um sujeito para comprar um selo de 20 mil réis. Ulysses mantinha um estoque de selos para ceder aos amigos e clientes que desejavam lavrar um contrato ou outro documento particular. Fazia-o sem outro intuito senão o de servir. No caso, ao entregar o selo ao solicitante, este abriu a carteira, escolheu uma nota velhíssima, caíndo os pedaços, deixando à mostra outras mais novas. Era evidentemente uma atitude inamistosa para retribuir um favor, mas Ulysses, delicadamente, perguntou-lhe:

- O Senhor não tem outra nota menos velha?
- E o outro, com o maior descaramento:
- Não, não tenho.
- Está bem, disse o Ulysses, entregando-lhe o selo.

Depois que o outro saiu, desabafou:

- Arruda, é preciso ter estômago para aguentar aqui certos tipos. Veja que ele nem sequer é cliente do cartório.

Ulysses, desde muito moço, exerceu atividade política. Já em 1934, em Campo Grande, participara de um grupo de rapazes que, inconformados com a derrota da Revolução de 1932, fundaram o Partido da Mocidade. Lembra ele que esse Partido foi o primeiro a aparecer após a Revolução de 1930 e teve como primeiro presidente o jornalista Archimedes Pereira Lima. Conta ele também que o Partido cresceu e se tornou aguerrido, mas numa noite de reunião, foi dissolvido por um certo major Urbino que, de revólver em punho, chefiava um magote de indivíduos truculentos.

Mais tarde, Ulysses pelejou no Partido Evolucionista, ao lado dos irmãos Muller - Filinto, Júlio, Felson - João Ponçe de Arruda, João Celestino, Isac Póvoas e outros líderes. Para a Assembléia Estadual, instalada em 1934, foi eleito deputado classista, como representante da categoria dos contadores. Após o golpe de estado de 1937, que fechou o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais, Ulysses foi nomeado pelo Interventor Júlio Muller para o tabelionato em Campo Grande.

Dono de um cartório rendoso, o Ulysses que conheci estava longe do menino e do moço pobre que foi e daquele passado cheio de sacrifícios que ele me relembra, às vezes. Sempre fiel aos amigos, era particularmente grato a Júlio Muller que o colocou naquela posição privilegiada.

Extintos os partidos políticos, Ulysses continuou solidário com as correntes políticas que passaram a dirigir o Estado. Em 1945, com a redemocratização, surgiram novos partidos. O Partido Social Democrático e logo depois o Partido Trabalhista Brasileiro, fundados por Getúlio Vargas, congregaram os elementos que sempre o apoiaram, enquanto a União Democrática Nacional, como partido de oposição, formou-se desde logo com as forças políticas que historicamente se opuseram ao varguismo. A essas forças juntaram-se também os que haviam apoiado Vargas ou os Interventores nos Estados, mas deles se afastaram e caíram no ostracismo. Tratava-se, pois, de uma composição natural explicável, pelas circunstâncias.

Mas, além desses, houve ainda os adesistas de última hora, os que não tinham nenhum motivo plausível para abandonar os aliados e ingressaram na UDN na suposição de que seria o partido vencedor. Ulysses não seguiu esses exemplos e, desde o primeiro momento, fez a sua opção. Escreveu uma Carta a Júlio Muller, dignificante documento de lealdade política, que "O Estado de Mato Grosso" publicou. Ulysses assinava este jornal, cujos exemplares ficavam no cartório, à disposição dos amigos. Coube-me, por acaso, a primazia de ler a carta e mostrá-la a Ulysses. Fora estampada, com destaque, na primeira página, merecendo elogiosos comentários, em editorial do diretor do jornal, Archimedes Lima.

Ulysses manteve-se, pois, solidário com os velhos amigos e assim conservou, inclusive com a instituição, mais tarde, de nova sigla, ARENA, oriunda, em parte, das mesmas correntes partidárias que sempre acompanhou. Não mudou nada, pois o que mudou foi apenas o nome de sua agremiação.

Ao ser nomeado Procurador Geral do Estado, deixei Campo Grande, indo para Cuiabá. Embora distanciados, Ulysses e eu continuamos com nossa amizade, já então com solidade, principalmente após transferir-me para o Rio de Janeiro, onde ele adquiriu também apartamento, ficando com residência dupla, naquela cidade e em Campo Grande. Em nossa casa, era constante a presença de Ulysses, com sua verve e alegria, que nos encantavam a todos, inclusive ao Mestre Isãc Póvoas, que assistiu conosco durante alguns anos. Um dia, chegou dizendo que fora tirar a dúvida em que estava, sobre a autoria da frase "o estilo é o homem". Dirigindo-se ao Mestre Isãc, explicou:

- Vim logo par cá, porque sei que, entre os meus amigos e conhecidos, se o Arruda não puder socorrer-me, ninguém mais.

Enquanto isso, fui à estante e retirei um dos volumes da Enciclopédia Delta Larousse e mostrei ao Ulysses.

- Aqui está. O autor da frase é Buffon, Conde de Buffon (Georges Leclerc). Só que, segundo a Enciclopédia, Buffon não disse propriamente "o estilo é o homem" mas "le style est l'homme même" (o estilo é o próprio homem).

Às vezes, nossas tertúlias se estendiam até o Restaurante Bolero, na Avenida Atlântica, onde, entre alguns chopos, relembávamos fatos a respeito de amigos comuns ou de nós mesmos. Em uma dessas ocasiões, Ulysses recordou sua eleição para deputado estadual. Tinha havido empate entre ele e o outro candidato, Deusdedit de Carvalho, da facção do Governador Mário Corrêa da Costa. O desempate, de acordo com a Lei, seria por sorteio, no Tribunal Regional Eleitoral, então presidido pelo Desembargador Amâncio Novis, ou Dr. Ari, como era tratado. O Dr. Mario prevenira o Deusdedit:

- Cuidado com o Dr. Ari! Ele é capaz de escamotear as cédulas!

No dia do sorteio, com o Tribunal repleto de correligionários dos dois candidatos, o Dr. Ari, já informado da advertência do Governador, pegou duas tiras de papel em branco, escreveu nelas os nomes dos candidatos, mostrou-as a estes, dobrou-as, colocou-as numa urna. Calmamente, agitou a urna e convidou o Deusdedit a retirar uma das cédulas, o que foi feito. O Dr. Ari então abriu a cédula, olhou-a, olhou para os assistentes, e leu com voz vibrante: - Ulysses Azul de Almeida Serra!

Desfez-se o silêncio ansioso e Ulysses foi levado em triunfo pelos amigos. À noite, reuniu-os no Hotel Esplanada, onde se achava o Dr. Ari, que deixara de lado a imparcialidade de juiz e fora também comemorar a vitória do amigo.

Entre as gratas lembranças de Ulysses, guardo ainda as cartas que ele me escreveu, em várias oportunidades, para mostrar o lado afetivo de sua personalidade, em momentos informais.

A primeira carta que recebi de Ulysses foi, em 29-01-44, em resposta à que lhe escrevi, quando não o conhecia pessoalmente, pedindo-lhe que me arranjasse casa para alugar. Na carta, advertiu-me de início que conseguir casa para alugar em Campo Grande, estava difícil. Só conseguira uma, de vila, e acrescentava: "Receio que meu prezado e distinto amigo fique contrafeito de residir em casa de vila, mas esta é novíssima, bonita e nela moram pessoas de trato. Será alugada pela primei-

ra vez e os alugueis são 250 cruzeiros mensais. A mim me parece muito boa residência".

É claro que aceitei e ali morei os dois anos e meio em que servi em Campo Grande. Tive como vizinhos, entre outros, o próprio dono da vila, Alexandre Tognini, e os amigos de longa data Raul Santos Costa e Salvador Paulino Dutra e suas famílias.

Outra carta, ainda de 1944, dezembro, recebi quando me achava em Cuiabá, no período das férias forenses. Referia-se a um processo em andamento, mas o Ulysses não deixou de registrar algumas expressões amáveis. Após relatar o caso, objeto principal da carta, referiu-se ele a "novos elogios" que ouviu de alguns advogados da comarca sobre minha atuação na Promotoria, principalmente pelo esforço em colocar em dia os processos em atraso. E terminava, a respeito do Mestre Isãc Póvoas: "É o nosso Isãc, esse extraordinário amigo que só tem um defeito (para provar que realmente é humano): - privar os amigos do deleite amável das suas cartas? Dê-lhe um grande abraço por mim".

Em carta de 26-10-45, em que me fazia uma consulta sobre a verdadeira interpretação de uma circular do Tribunal Eleitoral de Mato Grosso, de que era eu Procurador Regional, Ulysses mencionava pela primeira vez um assunto político. Dizia ele: "Politicamente, a nossa situação, pelo esforço de um pequeno grupo de companheiros, é ótima. Podemos vislumbrar a vitória, que será alcançada, se mantivermos nossa linha diretiva. Sei que o meu velho amigo Isãc tem trabalhado afanosa e produtivamente, com essa energia máscula que ele costuma reservar às obras que o encantam pelo dever de amadas ou de função".

Em outra carta, de 26-10-45, em que me solicitava verificar o andamento de um seu pedido de licença, Ulysses voltou novamente ao tema político: "A luta foi árdua, pois aqui era o reduto que os nossos adversários consideravam inexpugnável para nós. Agora, todos nós sentimos cansados e após a luta, os sonhadores começaram a fantasiar: poderíamos ter feito isto ou aquilo, poderíamos ter ganho aqui ou ali. Pura fantasia. Nós fizemos o máximo possível e a vitória foi arrebatada ao adversário em luta porfiada e ingrata - ingrata porque ele tinha todos os recursos monetários, enquanto nosso Partido, nesse particular, é paupérrimo. Valeu o soberbo esforço de nossos companheiros, inclusive do Everardo, que demonstrou ter a fibra paterna e lutou bravamente e apaixonadamente" (referia-se Ulysses ao meu cunhado, Everardo Póvoas).

Na carta de 28-07-46, Ulysses agradece os pésames pelo falecimento de seu sogro, Ovídio de Paula Corrêa, excelente pessoa, que ele estimava e que aprendi a admirar, em nossa convivência em Campo Grande. Escreveu então: "Em verdade, perdi o sogro. Lamento imenso o seu desaparecimento, pois sempre foi magnífico amigo meu e sempre me dispensou trato gentil e atencioso. Criatura de Deus, humano como era, tinha luz e tinha sombras, mas as suas virtudes preponderavam. Autodidata, sempre trabalhou pelo aprimoramento da sua exuberante inteligência e sempre foi sobranceiro em suas atitudes, atitudes que refletiam a inteireza do seu caráter. Por isso, sempre lhe quis bem e sempre o admirei".

Na carta de 02-06-46, Ulysses agradece-me a diligência em obter a quitação fiscal da Delegacia do Imposto de Renda em relação a certo espólio que corria por

seu cartório. A respeito, escreveu-me bem humorado: "A viúva do inventariado está aqui, veio do Rio e meteu-se num quarto de hotel, supondo concluir o inventário em 30 dias, no máximo. E plantou-se em meu cartório... Velha e dedicada amiga de minha família, vi-me na obrigação de enviar desesperados esforços para atendê-la com solicitude, embora dentro de razoáveis 90 dias. Eis aí a razão dos meus telegramas desesperados a você. MUITÍSSIMO obrigado."

Em suas primeiras cartas, Ulysses tratava-me cerimoniosamente de "Dr. Arruda". Após nossa amistosa convivência em Campo Grande, abandonou o tratamento cerimonioso e retirou o doutor. Ao escrever-me pela primeira vez depois da minha nomeação para desembargador, manteve o mesmo tratamento. Assim, em carta de 04-08-48, começou: "Meu caro e bom amigo Arruda", mas acrescentou, entre parênteses: "Desculpe-me não o chamar de desembargador. Acho esquisito chamar um moço e um moço elegante de desembargador, que implica na idéia de velhice..."

A parte o "elegante", o Ulysses tinha razão, pois fui nomeado desembargador aos 35 anos de idade, fato raríssimo na época.

A penúltima carta que possuo de Ulysses é de 28-04-63 e trata de sua posse na Academia Mato-Grossense de Letras. Vou transcrevê-la integralmente: "Recebi sua carta. Agradeço-lhe sou por mais essa prova de estima e estímulo. Essa carta, felicitando-me pela minha posse na AML, eu a guardarei com carinho, pois é muito amiga e muito expressiva. Agradaram-me também, e imensamente, os termos do seu telegrama àquele sodalício. Pe. Wanir não leu no ato da posse, mas no dia seguinte o irradiou pela sua prestigiosa Rádio Cultura, segundo me informou. Minha posse foi rápida. Dizem que os programas de antigamente, em tais solenidades, eram demasiadamente longos. E apontam as contra-indicações. Li o meu discurso, de início, depois o Pe. Wanir, inteligente e culto, alegre e acolhedor, leu o seu, saudando-me. Ato contínuo, Dom Orlando encerrou a sessão com generosas palavras a ancestrais meus e a mim. Duas notas foram ainda marcantes: a sra. prof. Aecim Tocantins adornou a mesa com inúmeras e belas rosas vermelhas, que foi para mim um símbolo da acariciante terra cuiabana, que tão doce e continuamente me fala ao meu coração mato-grossense. A outra nota foi uma homenagem do Liceu São Gonçalo, quando um clarim solitário ecoou, depois apoiado por outros, quando penetrei no salão da histórica Casa Barão de Melgaço. A cerimônia foi rápida, mas tocante. Agradou-me. Respondo, assim, a sua pergunta sobre a leitura daquele telegrama. Se ele pudesse ter sido lido (não fora o critério atual do programa reduzido) eu ficaria encantado, pois seria, naquela noite, naquele ambiente, um confortante testemunho de apreço do ilustre presidente da Casa. Lá estava, amigo, ao meu lado, fraterno, o Isãc. Fiquei grato ao Pe. Wanir, ao Luis-Philippe e ao Rubens pela maneira acolhedora, amiga, com que me receberam e me trataram. Constantemente manda lembranças à D. Lélia. Eu abraço meu generoso e grande amigo. Ulysses Serra."

A última carta que tenho de Ulysses é de 27-09-66. Inicialmente, desculpou-se por ter estado no Rio e não ter ido a nossa casa, por ter regressado às pressas a Campo Grande, em virtude do falecimento de um amigo. Nessa carta, referiu-se à conferência que fiz e publiquei sobre o Marechal Rondon. Transcrevo esse trecho, porque põe em evidência mais uma vez a cordialidade com que Ulysses tratava os amigos e como os incentivava em seus

trabalhos. Sabia certamente que tais estímulos ajudam o escritor a prosseguir, a não esmorecer ante a indiferença de muitos... Eis como ele se expressou, naquela oportunidade: "Agradeço-lhe a carta e a bela conferência. Você foi feliz em tudo. É uma peça gostosa, fluente, negue-se seu estilo claro, sintético, elegante e simples. Pegue-se o que você escreve e guarda-se para ler com vagar, saboreando-o pouco a pouco. Mas, curiosamente, dá-se uma lida no primeiro período. Quando se dá conta da gente, já se leu tudo e volta-se a ler, reler, tresler. Sua conferência tem fatos originais e estuda Rondon sob aspectos novos. Vou guardá-la cuidadosamente, não só pela dedicatória, como porque espero viver outras semanas de Rondon e pode suceder que tenha de escrever qualquer coisa sobre esse extraordinário homem de cátedra e de sertão e então... lá irei abeberar-me. Está magnífico o seu trabalho. Para completá-lo, o feitiço gráfico do folheto, inclusive a bela capa".

Cumpra agora dizer algo sobre Ulysses como intelectual. Obrigado desde cedo à luta pela vida, ele foi uma autodidata e sempre inclinado às letras. Ainda muito moço, fundou um jornal em Campo Grande - "A Ironia" - de existência efêmera, como todos os ensaios dessa natureza, mas que revela uma tendência. Ulysses continuou cultivando o jornalismo amador, tendo colaborado em alguns jornais e revistas. Criou um estilo sóbrio, o que tornou suas produções extremamente sugestivas e agradáveis de ler.

Esse perseverante cultivo das letras levou Ulysses, em 1963, para a Academia Mato-Grossense, onde ocupou a cadeira nº 28, que tem como patrono Caetano Manoel de Faria e Albuquerque. Seu discurso de posse, mencionado na carta acima transcrita, é um primor de elegância e simplicidade, dentro do melhor padrão acadêmico. Evocou, de início, seus ancestrais integrados na Casa - Ricardo Franco de Almeida Serra, o herói de Forte de Coimbra, e José Tomaz de Almeida Serra, patronos das cadeiras 3 e 34, seu pai, Arnaldo Serra, o poeta de Aronita e o romântico de Páginas Íntimas, que foi sócio correspondente da Academia, além de seu irmão Itúrbides, que ainda o era, na época. Compôs Ulysses a seguir verdadeiro hino de Cuiabá, com suas tradições, seus feitos heróicos, suas realizações, sua irradiação cultural. Cumprindo enfim a praxe, traçou ele, em perfeita síntese, os perfis do patrono da cadeira e do antecessor, o filólogo Severino Ramos de Queiróz.

Em 1971, Ulysses fez uma seleção de seus artigos e crônicas e enfeixou-os em um livro a que deu o título de Camalotes e Guavirais. Seu intuito, disse-me ele na época, foi de completar a triade a que desde tempos imemoriais, se diz que o homem está obrigado: gerar um filho, escrever um livro e plantar uma árvore.

Desses três objetivos, dizia Ulysses, faltava-lhe apenas publicar um livro. Daí o Camalotes e Guavirais. Ao compor estas notas, reli esse livro admirável. O título é simbólico. Lembra, de um lado, aquelas "ilhas flutuantes" que saem dos pantanais e vogam pelo Paraguai afora - os camalotes que se ligam a Corumbá onde nasceu o autor, 1906, e onde passou a infância - enquanto os guavirais dos chapadões campo-grandenses evocam a cidade em que passou a morar desde a adolescência.

O livro registra coisas e fatos das duas cidades, especialmente de Campo Grande onde Ulysses viveu mais tempo. Trata-se, na realidade, de um estudo sociológico de Campo Grande, desde sua formação com a chegada dos pioneiros

ros que por lá se aventuraram e deram início à criação da cidade, seu desenvolvimento posterior até transformar-se na bela e opulenta metrópole de hoje. Nos diversos capítulos do livro Ulysses vai descrevendo os costumes da cidade, suas figuras representativas, seus cinemas, clubes, restaurantes, bares, cassinos, tipos de rua - e também a violência dos primeiros tempos. Neste ponto, Campo Grande pagou o tributo que acompanha o povoamento rápido. É que, além da gente laboriosa que concorre com seu esforço para o progresso da nova cidade, chegam também os bandidos que trazem a insegurança e o temor da população. Ulysses relembra, em seu livro, alguns episódios que documentam essa fase inicial de Campo Grande. Às vezes, a insegurança provinha dos próprios agentes da autoridade, em geral despreparados e por isso atrabiliários. Um deles, tenente Constantino, após desfeitear e prender o juiz de direito da comarca, Dr. Arlindo de Andrade, por ter concedido habeas corpus a um preso, decretou o "estado de sítio" na então vila de Campo Grande. Tal "decreto", comenta Ulysses, que hoje seria apenas pitoresco, teve então efeito dramático pelo impacto que produziu, quando não se podia prever a violência que dela seria possível decorrer.

No decurso dessas lembranças, desponta aqui e ali uma nota de ternura, de humor e de simpatia - jamais de amargura. Nas descrições Ulysses esmera-se nos detalhes, modelando com perfeição a imagem a evocar. Eis, por exemplo, como retrata o estafeta Renovato: - "Conheci-o já velho. Preto, bem preto, epiderme dura, áspera, encorçada; lábios queimados pelo fumo; olhos com estrias sanguíneas e pálpebras inferiores desmesuradamente arriçadas e ainda mais vermelhas, castigadas pelo tracoma. De altura média, ligeiramente curvo, braços distanciados do tronco, sem elasticidade, dava a impressão que fosse cair. Sua voz era arrastada e grossa. Vestia-se sempre de terno cáqui, camisa branca toda abotoada, usava borze guins vermelhos tipo napolitano e chapéu amarelo de abas largas e duras. Trazia nas mãos mais do que nos bolsos um lenço de algodão, branco, encardido, amarfanhado, torcido como corda, que de instante a instante esfregava nos olhos enfermos. Sempre um sorriso de humildade e sempre consciente dos seus deveres".

Em outras vezes, era a natureza e a paisagem que mereciam de Ulysses pinceladas magistrais. Vejam este quadro: - "Numa quieta madrugada, meu pai descia a la-

deira da Alfândega, calcária e nua, para pescar no Bracinho, acompanhado do seu amigo e escudeiro, o velho Sião Cruz. Era uma dessas madrugadas mornas e enluaradas de Corumbá. Dos pantanais e das matas vinha um aroma sutil, suave, indefinível. Uma mistura de fragrâncias de raízes, folhas, fruto e flor, de camalotes e vitória-régias, de águas pombeiras e tarumeiros, de tunas e flamboyants. O luar escorria suave e âlgido, no rio e nos campos fronteiros e em tudo havia um espesso silêncio, como se tudo perpassasse suavidade de coisas misteriosas e imateriais".

Um dos destaques do livro é o capítulo em que Ulysses traça o perfil de Argemiro Fialho, advogado e deputado federal, tragicamente morto nas águas do Aquidauana. Ao ofertar-me o seu livro, Ulysses escreveu uma dedicatória que transcrevo, não pelo que ele diz de minha pessoa e da minha saudosa Lélia, mas porque, ao fazê-lo, oferece mais um exemplo de sua incomparável fidalguia: - "Amigo Arruda. Mando-lhe um pedaço de camalote, que ainda tenho nas mãos, apanhado na minha infância, quando das Barrancas do Paraguai, via passar aquelas ilhas móveis, flutuantes, fugidias, impiedosamente levadas das nascentes paternas para a foz devoradora, depois de passarem por estranhas terras e ouvirem estranhas línguas. Este é um livro simples, singelo, que só poderá ser lido por pessoas da nossa terra ou à nossa terra vinculadas por muitas luas de convívio. Regresso esta semana, meu brilhante amigo. Que você sempre tenha esse lar maravilhoso, bonançoso, assegurado pela inteligência, pelo coração e pelo equilíbrio dessa grande criatura que é Lélia; que os filhos continuem essa marcha admirável que erguem e o neto, que aí vem, seja um verdadeiro eleito dos deuses. Abraços. Ulysses. Rio, 16.8.71".

Nos últimos tempos, silenciaram-se as cartas de Ulysses. O próprio amigo se foi distanciando em suas visitas costumeiras. De repente, a surpresa do falecimento, da perda irreparável.

Ulysses tinha o sentido da verdadeira amizade. Dotado de imensa capacidade de servir e de confiar, não sei se terá sofrido algumas decepções ou guardado mágoa de alguém. A imagem que perenemente dele me ficou foi de jovialidade, de entusiasmo e de otimismo. Faleceu em plena maturidade, sem conhecer a velhice, que, segundo ele mesmo definiu, é o trágico aperitivo da morte.

## Concluído o Diagnóstico dos Arquivos Públicos de Cuiabá

OTÁVIO CANAVARROS

Havia necessidade premente de se fazer o diagnóstico da centena de arquivos públicos de Cuiabá. O Arquivo Público do Estado, através de seu projeto "Fontes Documentais de Mato Grosso", de nossa autoria, já havia feito, entre 1981 e 1983, um levantamento preliminar dos acervos cuiabanos. Naquela ocasião, 39 (trinta e nove) arquivos foram arrolados, 11 (onze) dos quais particulares, inclusive os eclesiásticos. Foi trabalho pioneiro e profícuo, no entanto, insuficiente para se conhecer o universo documental de Cuiabá. Havia que se empreender visitas sistemáticas e abrir contatos com os responsáveis pela custódia da documentação oficial. Suspeitávamos da transferência, para fora do Estado, de acervos importantes, com agravante da eliminação indiscriminada de papéis. Infelizmente, nossas suspeitas foram confirmadas. Diante desse quadro e, ainda, com a perspectiva da breve

entrada em funcionamento pleno do nosso Centro de Microfilmagem, a supervisão do NDIHR resolveu dar início ao projeto de cadastramento dos Arquivos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Cuiabá. Toda a equipe de pesquisadores do Núcleo foi envolvida no trabalho, em regime de mutirão, na primeira fase do projeto.

### METODOLOGIA

Não é levantamento documental, mesmo sumário. Trata-se da utilização da técnica de entrevistas, consultas com aplicação de formulário-padrão, genérico e detalhado, constituído de 26 (vinte e seis) itens, subdivididos em inúmeros quesitos. Preenchido, o questionário fornece uma completa bateria de informações, qualitativas e quantitativas, que somadas e trabalhadas poderão nos traçar o perfil, aproximado, de determinado acervo. A equipe en-

carregada deste trabalho esteve assim constituída: coordenador, Otávio Canavarros; pesquisadores, Haydée Pimentel, Elizabeth Madureira Siqueira, Marta Arruda, Ana Mesquita Martins de Paiva, Joanito Pinto de Souza, Maria Auxiliadora de Freitas, Antonio Elias Chein, Therezinha de Jesus Arruda e Cleonir Celso da Costa.

#### ARQUIVOS

Trabalhamos com um universo de 121 arquivos públicos em Cuiabá, aos quais aplicamos 132 questionários. Deste universo, pouco mais da metade (52,2%) é constituída de arquivos estaduais. Mais de 1/3 é federal. Sobre a natureza da Administração abrangida, 61,3% integram a Administração Direta. São órgãos diretamente subordinados. Na Administração Indireta predominam as Autarquias e Fundações. A maior parte dos Acervos das Repartições e Empresas permite o acesso público, principalmente a nível municipal. O Acervo é novo. A média ponderada revela uma idade de implantação não superior a 23,6 anos. Os arquivos estaduais têm média aritmética de 31,1 anos. As datas limites dos documentos armazenados mostram que em 47,7% dos arquivos só há papéis produzidos depois de 1960. Antes de 1930, há 18,1% de depósitos.

#### QUANTIFICAÇÃO

No que se refere à quantificação (metrificação linear) só há médias significativas para os Arquivos Federais e Estaduais. Os Estaduais são maiores e a média geral dos arquivos públicos fica em torno de 19,4 metros lineares de estantes. Como predomina a documentação relativamente nova, 74,2% dela está entre Boa e Regular condição de conservação. A documentação federal preenche mais o ítem excelente, e a municipal predomina no nível sofrível. No cômputo geral o índice sofrível é quase o dobro do valor do índice excelente. Podemos dizer que, grosso modo, os papéis estão em boas condições de manuseio. No que toca às condições dos Depósitos, os ítems Regular e Sofrível alcançam 41,5 pontos em 100. No entanto, a soma de Regular e Boa chega a 72,6 pontos. Sobre as condições ambientais dos Depósitos é significativo que em apenas um arquivo - federal - há controle de temperatura, umidade e luminosidade. Não por acaso. Trata-se da Microfilмотeca do INCRA.

#### PESQUISAS

Como a maior parte é constituída de Arquivos de primeira e segunda idades (Correntes e Intermediários), há neles Instrumentos de Pesquisas (68,9%), predominando os fichários. Apenas 15% dos Arquivos têm Tabelas de Temporalidade. A existência de Tabela é um dado dos mais significativos de Política Arquivística, para a organização e conservação de documentos. O próprio desconhecimento desse instrumento antigo de OeM, por parte de inúmeros responsáveis de Arquivos, é sintomático da não preocupação das Diretorias com a documentação sob suas custódias.

#### PERDAS

Quase 1/4 dos Arquivos já sofreu transferências, locais ou não. Dos Federais o índice chega a 29,1%. Quem já participou desses eventos pode calcular a perda que representa, material e organicamente, cada mudança. No Total Geral, 37,8% dos Arquivos consultados já eliminaram documentos. Sem critérios técnicos mais rigoroso-

Os Arquivos da Federação e do Município são os mais conservadores de documentos. Há, aliás, um decreto-lei de 1982 proibindo a Administração Pública Estadual de eliminar documentos. Quanto à Listagem de Documentos Destruídos, a situação é crítica. Dos papéis eliminados, 41,8% não são registrados. Nesse particular, os documentos da Prefeitura Municipal de Cuiabá são os que mais desaparecem, sem deixar vestígios.

#### PESSOAL

Concluindo, podemos dizer que desse Acervo Público, novo e desorganizado, cuidado por um pessoal dedicado, porém não-preparado, há de se pensar na elaboração de uma Política Arquivística a nível do SINAR (Sistema Nacional de Arquivos), assim como a nível do Sistema Estadual de Arquivos, já existente. Um Programa de Conservação de Documentos pode ser elaborado pelo NDIHR em convênio com o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Aspecto primeiro e fundamental desse projeto deve ser a preparação de pessoal, a começar pelo do próprio Arquivo Público de Mato Grosso e dos graduandos do Curso de História. Os Arquivos das Empresas (incluindo os desativados) podem ser tidos como paradigmas. As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista investem em Documentação. Tendem a formar pequenas Bases de Dados, porque valorizam comercialmente a Informação e sabem que ela provem do Documento. Caso o NDIHR siga essa linha, se transformará cada vez mais de Arquivo em Núcleo de Documentação.

#### ARROLADOS

Estes são os arquivos arrolados em Mato Grosso:

##### a) Federais

- 1) Delegacia Regional do Ministério da Educação
- 2) Delegacia Regional do Ministério do Trabalho
- 3) Delegacia Federal de Agricultura
- 4) Delegacia do Ministério da Fazenda
- 5) Delegacia Federal de Saúde
- 6) Delegacia da Receita Federal
- 7) Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER
- 8) Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
- 9) Departamento de Aviação Civil - DAC
- 10) Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social - IAPAS
- 11) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- 12) Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF
- 13) Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA
- 14) Tribunal Regional Eleitoral - TRE - MT.
- 15) Tribunal de Justiça Federal - TJF
- 16) Tribunal de Contas da União - TCU
- 17) Escola Técnica Federal de Mato Grosso
- 18) Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá

- 19) Conselho Nacional do Petróleo - CNP
  - 20) Fundação Educar - MOBREAL
  - 21) Fundação Nacional de Assistência ao Índio - FUNAI
  - 22) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE
  - 23) Fundação de Serviços de Saúde Pública
  - 24) Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM
  - 25) Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
  - 26) Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB
  - 27) Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
  - 28) Superintendência do Desenvolvimento da H<sub>2</sub>vea - SUDHEEA
  - 29) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBTC
  - 30) Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aero-Portuária - INFRAERO
  - 31) Caixa Econômica Federal - CEF
  - 32) Banco do Brasil
  - 33) Banco da Amazônia - BASA
  - 34) Viação Aérea de São Paulo - VASP
  - 35) Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL
  - 36) Cartório da Primeira Zona Eleitoral
  - 37) Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho
  - 38) Legião Brasileira de Assistência - LBA
  - 39) Sistema Nacional de Empregos - SINE
  - 40) Capitania dos Portos de Mato Grosso
  - 41) Telecomunicações de Mato Grosso - TELEMAT (TELEBRÁS).
- b) Estaduais
- 1) Gabinete de Planejamento e Coordenação do Governo do Estado de Mato Grosso
  - 2) Casa Civil
  - 3) Casa Militar
  - 4) Auditoria Geral do Estado
  - 5) Secretaria de Educação e Cultura
  - 6) Secretaria de Justiça
  - 7) Secretaria de Comunicação Social
  - 8) Secretaria de Assuntos Fundiários
  - 9) Secretaria de Obras e Serviços Públicos
  - 10) Secretaria de Segurança Pública
  - 11) Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social
  - 12) Secretaria dos Transportes
  - 13) Secretaria de Administração
  - 14) Secretaria de Fazenda
  - 15) Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo
  - 16) Secretaria de Agricultura
  - 17) Secretaria de Saúde
  - 18) Departamento de Obras Públicas - DOP
  - 19) Departamento de Trânsito - DETRAN
  - 20) Departamento de Estradas de Rodagem de Mato Grosso - DERMAT
  - 21) Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT
  - 22) Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso - IPEMAT
  - 23) Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso - INDEA
  - 24) Fundação do Bem-Estar do Menor de Mato Grosso - FEBEMAT
  - 25) Fundação do Desenvolvimento do Pantanal - FUNDEPAN
  - 26) Fundação Cultural de Mato Grosso
  - 27) Fundação de Pesquisas Cândido Rondon
  - 28) Fundação de Saúde Mato Grosso - FUSMAT
  - 29) Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Mato Grosso - CEAG-MT.
  - 30) Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa
  - 31) Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Mato Grosso - CODEAGRI
  - 32) Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT
  - 33) Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso - COHAB - MT.
  - 34) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso - CASEMAT
  - 35) Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT
  - 36) Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso - SANEMAT
  - 37) Centrais Elétricas Mato-grossenses S/A - CEMAT
  - 38) Empresa de Frigorificação do Estado de Mato Grosso - EFRIMAT
  - 39) Empresa Mato-grossense de Turismo - TURIMAT
  - 40) Empresa Mato-grossense de Terras e Extensão Rural - EMATER
  - 41) Empresa de Pesquisa Agrícola de Mato Grosso - EMPA
  - 42) Empresa Mato-grossense de Administração de Próprios Estaduais - EMAPE
  - 43) Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA
  - 44) Junta Comercial do Estado de Mato Grosso - JUCEMAT
  - 45) Banco do Estado de Mato Grosso - BEMAT
  - 46) Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso
  - 47) Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
  - 48) Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso
  - 49) Fórum Cível

		Quadro Indexado dos Arquivos Públicos em Cuiabá (X)				
		Quesitos	Municipais	Estaduais	Federais	T. Geral
50) Fórum Criminal						
51) Cartório do Primeiro Ofício						
52) Cartório do Segundo Ofício						
53) Cartório do Terceiro Ofício						
54) Cartório do Quarto Ofício						
55) Cartório do Quinto Ofício						
56) Cartório do Sexto Ofício						
57) Cartório do Sétimo Ofício						
58) Liceu Cuiabano						
59) Escola Estadual Presidente Médici (Arquivo da Escola Normal Pedro Celestino)						
60) Escola de Primeiro Grau Barão de Melgaço (Arquivo da Escola Modelo Barão de Melgaço)						
61) Escola de Primeiro Grau Senador Azeredo						
62) Polícia Militar do Estado de Mato Grosso						
63) Arquivo Público do Estado de Mato Grosso						
64) Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso						
65) Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso - IOMAT.						
c) Municipais						
1) Gabinete do Prefeito Municipal de Cuiabá						
2) Secretaria de Administração						
3) Secretaria de Educação e Cultura						
4) Secretaria de Finanças						
5) Secretaria de Comunicação Social						
6) Secretaria de Promoção Social						
7) Secretaria de Serviços Públicos						
8) Secretaria de Viação e Obras						
9) Secretaria de Planejamento e Coordenação						
10) Secretaria de Saúde						
11) Departamento de Protocolo e Arquivo						
12) Departamento de Cultura e Turismo (Casa da Cultura)						
13) Biblioteca Pública Municipal						
14) Câmara Municipal de Cuiabá						
15) Cemitério Municipal de Nossa Senhora da Piedade.						
		1) nº de Questionários	100Z/11,3	100Z/52,2	100Z/36,3	100Z/100Z
		2) Subordinação Administrativa	93,3/17,2	60,8/51,8	52,0/30,8	61,3/100Z
		3) Vinculação Administrativa	—	37,6/53,0	47,9/46,9	37,1/100Z
		7) Acesso Público				
		A. Não	53,3/19,5	17,3/29,2	43,7/51,2	31,0/100Z
		B. Sim	26,6/5,7	65,2/65,2	41,6/28,9	52,2/100Z
		12) Transferência de Documentos				
		A. Não	60,0/9,7	78,2/58,6	60,4/31,5	69,6/100Z
		B. Sim	20,0/9,6	20,2/45,1	29,1/45,1	23,4/100Z
		13) Eliminação de Documentos				
		A. Não	13,3/2,4	88,4/74,3	39,5/23,1	62,1/100Z
		B. Sim	66,6/20,0	23,1/32,0	50,0/48,0	37,8/100Z
		15) Listagem na Eliminação				
		A. Não	70,0/30,4	37,5/26,0	34,4/43,4	41,8/100Z
		B. Sim	30,0/9,3	62,5/31,2	65,5/59,3	58,1/100Z
		16) Tabela de Temporalidade				
		A. Não	80,0/21,4	34,7/42,8	41,6/35,7	42,4/100Z
		B. Sim	—	7,2/25,0	31,2/75,0	15,1/100Z
		18) Instrumentos de Pesquisa				
		A. Não	46,6/25,9	11,5/29,6	25,0/44,4	20,4/100Z
		B. Sim	40,0/6,5	79,7/60,4	62,5/32,9	68,9/100Z
		22) Condições da Documentação				
		A. Excelente	0,0/0,00	1,4/11,1	16,6/88,8	6,8/100Z
		B. Boa	20,0/3,6	76,8/64,6	54,1/31,7	62,1/100Z
		C. Regular	6,6/6,2	1,1/50,0	14,5/43,7	12,1/100Z
		D. Sofrível	66,6/69,5	7,2/31,2	2,0/6,2	12,1/100Z
		23) Condições do Depósito				
		A. Excelente	0,0/0,0	1,4/25,0	6,2/75,0	3,0/100Z
		B. Boa	13,3/3,0	50,7/53,8	58,3/43,0	49,2/100Z
		C. Regular	13,3/6,4	33,3/74,1	12,5/19,3	23,4/100Z
		D. Sofrível	60,0/37,5	13,0/37,5	12,5/25,0	18,1/100Z
		24) Datas Limites				
		A. Antes de 1930	26,6/16,6	23,1/66,6	8,3/16,6	18,1/100Z
		B. Entre 1930/1960	6,6/4,3	11,5/34,7	29,1/60,8	17,4/100Z
		C. Depois de 1960	—	60,8/66,6	43,7/33,3	47,7/100Z

## Rolim de Moura e a Política de Povoamento de Fronteira

ANA MESQUITA MARTINS DE PAIVA

No tocante a Mato Grosso, a preocupação da Co rônia Portuguesa se voltou para a questão da fronteira, sen do fundamental que fossem agilizadas providências com re lação ao povoamento, o qual demandava necessidades de via bilização de rota comercial via Norte, guarnição de dessa mesma fronteira, assim como sua dilatação. Dom Antonio Ro lim de Moura deu início à sua ação de governo lan çando mão das doações de benefícios e isenções a todo e qual quer morador que quisesse residir na região de Vila Bela e adjacências, concedendo-lhes o privilégio de couto. "Pa ra esse intento poderá ter algum lugar conceder-lhe Sua Majestade o privilégio de couto pelo tempo que for servi do, para que os criminosos possam de qualquer parte re colher-se aquele Distrito, e chamar as suas culpas para ali se livrarem, sendo obrigados depois disso, por esta mercê, a residirem três anos no mesmo lugar e ficando in cursos em pena de degredo, ou morte cível este se lhe co mutar a proporção em mais anos de residência" (1). Acres cent ando dez anos de moratória, isenções de donativos de of ícios, assim como isenções do direito e entrada para a re gião de Mato Grosso.

Todo esse procedimento estava voltado para a pro moção do povoamento da colônia na sua parte Noroeste, zon a limítrofe com as Províncias do Peru e as missões je suítas de Moxos e Chiquitos. A questão do povoamento se tornou problemática, "pois uma sangria na população lusi tana a nível de Europa e de possessões africanas, não era possível nesse momento histórico e nem a mesma seria suficiente para povoar tão vasto território" (2).

A solução encontrada foi a possibilidade de se uti lizar a população indígena, justificada na ação da po lítica pombalina com relação aos nativos. Estes deve riam, a todo custo, serem trazidos à civilização através de atrativos, oferecendo-lhes quinquilharias, ferramen tas. etc. etc. "... seja o mais eficaz atrativo para os trazer à comunicação e à civilização, civilidade de que até agora fugentaram a escravidão e a dureza com que fo ram tratados pelos Missionários... Ele tem ordem para se provir nos Armazéns da Companhia Geral na cidade do Pará, de foices, enxadas, martelo, enxós e das mais ferramentas em que se dotam os caseas que de novo se plantam, como também dos espelhos, berimbaos, anzóis e mais miudezas que continuam servir nos sertões para ganhar os índios silvestres..." (3). No entretanto, havia todo um precon ceito do colonizador com relação ao índio, admitindo-se que somente após o cruzamento com os negros ou brancos é que se conseguiriam elementos capazes de se tornarem úteis. Rolim de Moura afirmou em carta a Diogo de Men donça Corte Real em 14 de Julho de 1756: "Em quanto a au menta esta vila com índios na vizinhança dela, e daqui até o Cuiabá, já não há mais do que uns restos muito dimi nuido das aldeias, que os sertanistas assolaram, e extin

guiram antigamente, e sobre os quais ainda existem ri abaixo exponho a Vossa Excelência em uma carta qual é já a minha tenção. Mas Senhor, os índios puros só por não são capazes de fazer povoação, porque é uma gente se dependência, sem paixões, sem ambição, e sem discurso, assim não há neles por onde possa ligar-se à sociedade civil, de sorte que só misturando-se com negros, ou com brancos, é que os filhos destes casamentos saem já nos inúteis à República...(4).

Povoar esta região de fronteira era fator es sencial para garantia da mesma, de modo a ser estabeleci da pelos demarcadores do Tratado de Madri, que utilizaram o princípio do "Uti Possidetis". Dom Antonio Rolim de Moura, seguindo as Instruções, procurou estabelecer e con quistar as áreas evacuadas pelos espanhóis, utilizando o processo de dissimulação; isto é, dando a entender, aos jesuítas espanhóis que o governo não tinha nenhuma parti cipação nas ocupações das referidas áreas. Interessante é observar a problemática jesuíta frente à possibilidade de demarcação do Tratado de Madri, por se tratar a Com panhia de Jesus de entidade religiosa sem um cunho de na cionalidade, pois dela faziam parte clérigos das mais va riadas nações européias. Tornou-se ela senhora de grande faixa de terra Norte/Sul, posicionada justamente entre as Américas Portuguesa e Espanhola.

Segundo Maxwell, "Os missionários não apenas pregavam (tinham fazendas com mais de 100 mil cabeças de gado, só na ilha de Marajó, propriedades produtoras de açu car e o resultado das expedições indígenas coletoras de produtos nativos da floresta amazônica, cravo, cacau, ca nela); eles também conduziam uma operação mercantil de grande escala, resultante de anos de acumulação de capit tal, de cuidadoso reinvestimento e desenvolvimento (5). Os jesuítas constituíram forte obstáculo para o desenvolvi mento e execução das metas da política pombalina que em 1758 retirou das mãos dos inacianos a administração tem poral dos índios e um ano depois, os mesmos foram proscri tos do império lusitano.

- (1) Geremias, Nyl Isa Valadão Freitas - Paiva, Ana Mes quita de - Correspondências de D. Antonio Rolim de Moura - VOL. I pág. 36.
- (2) Maxwell, Kenneth - A Devassa da Devassa - pág. 31
- (3) Instruções de Tomé Joaquim da Costa Corte Real a D. Antonio Rolim de Moura, NDIHR, mficha 436 Apud avulsos - cod. 613.
- (4) Geremias, Nyl Isa Valadão Freitas e Paiva, Ana Mes quita Martins de - Correspondências D. Antonio Rolim de Moura Vol. II - carta nº 82.
- (5) Maxwell, Kenneth - A Devassa da Devassa - pág. 28.

# UFMT Microfilma Acervo de Documentos da COPEVE

Todo o acervo de documentos da antiga COPEVE (Comissão Permanente de Vestibular), hoje convertida em Comissão de Ordenação de Exames Vestibulares (CEV), foi microfilmado pela Universidade Federal de Mato Grosso através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

NDIHR. O acervo contém dados referentes aos vestibulares realizados no período de 1972 a 1987, tanto quanto especiais, nas cidades de Cuiabá, Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Barra do Garças, Cáceres, Nortelândia, Poconé, Rondonópolis e Rosário Oeste.

O arquivo, que era composto de grande volume de pacotes, ficou reduzido a apenas sete rolos de microfilmes.

Para facilitar a utilização dos microfilmes, o NDIHR elaborou o "Índice Geográfico", organizado por localidade, e o "Índice Cronológico", organizado por anos/semestres.

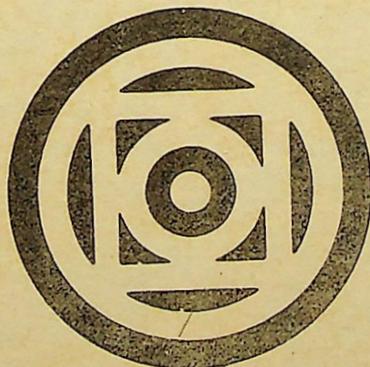
Estas informações são da supervisora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, professora Elizabeth Madureira Siqueira. Segundo ela, o sistema de microfilmagem da UFMT, instalado no NDIHR, é hoje uma realidade e representa a concretização de uma luta de mais de dez anos.

## Centro de Microfilmagem em Pleno Funcionamento

Conclusão da página 05

O acervo de periódicos mato-grossenses é composto de jornais e revistas editados em Mato Grosso. Deles, 54 títulos já se encontram microfilmados e abertos à consulta do NDIHR, na Universidade Federal de Mato Grosso. Dizem respeito a periódicos editados até 1930. Porém, a complementação da coleção e ampliação da mesma até 1964 estão em marcha junto ao acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, esperando que outras instituições se prontifiquem em ajudar na complementação dessa segunda etapa, cujo total de títulos chega a 59.

Por sua vez, está em fase final de microfilmagem o acervo da COPEVE, da UFMT, composto de 16.000 páginas, resgatando todo o histórico de vestibular vivenciado pela Universidade Federal de Mato Grosso. Este trabalho irá facilitar, sobremaneira, as consultas, pois os microfilmes serão catalogados e o espaço físico por eles ocupado será mínimo. O microfilme, como se sabe, preserva, inicialmente, por 500 anos a memória, constituindo-se hoje um recurso indispensável para a sociedade moderna.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL